



Fundo de Eficiência Energética

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA AO FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

*SGCIE – Incentivo à promoção da
Eficiência Energética II 2015*

AVISO 13 – SGCIE II 2015

*FEE - Fundo de Eficiência Energética
19-02-2015*

SGCIE – Incentivo à promoção da Eficiência Energética 2015

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética definido na Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro (doravante o “Regulamento”), que estabelece o regime de apoio financeiro à implementação de medidas e programas no âmbito do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2016), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril, a apresentação de candidaturas processa-se através de concursos cujos avisos são definidos pela Comissão Executiva do PNAEE e divulgados através do portal eletrónico do Fundo de Eficiência Energética (<http://fee.pnaee.pt>).

O presente aviso, denominado “AVISO 13 - SGCIE II 2015” prevê a possibilidade de financiamento de candidaturas que abranjam as operações definidas no artigo 4.º do Regulamento.

O presente Aviso é definido nos seguintes termos:

1. Objetivo Geral

O Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio, criou o Fundo de Eficiência Energética (FEE), o qual tem como objetivos incentivar a eficiência energética, por parte dos cidadãos e das empresas, apoiar projetos de eficiência energética e promover a alteração de comportamentos, neste domínio. Através do FEE e mediante a abertura de concursos específicos, pretende-se apoiar projetos, nas áreas dos transportes, residencial e serviços, indústria e agricultura, e setor público, que contribuam para a redução do consumo final de energia, de modo energeticamente eficiente e otimizado.

O AVISO 13 - SGCIE II 2015 pretende apoiar o desenvolvimento de projetos e iniciativas que promovam a eficiência energética, em termos nacionais, enquadrando-se no âmbito e atividade do FEE.

2. Tipologia de Operações

2.1. Considerando o disposto no artigo 4.º do Regulamento, são suscetíveis de financiamento neste Aviso as operações que correspondam à área “Indústria” e medidas inseridas no PNAEE 2016 com a codificação “Ip1m1”, designada por “SGCIE – Medidas Transversais”, que, entre outros, prevê o apoio a projetos que conduzam ao aumento da eficiência energética por via da otimização energética dos processos de fabrico e da introdução de novas tecnologias e, especificamente, a operadores com Acordos de Racionalização dos Consumos de Energia (doravante “ARCE”) estabelecidos com a DGEG no âmbito do SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos de Energia, bem como no que concerne à aplicação do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril.

2.2. Os incentivos a conceder dizem respeito às seguintes Categorias:

Medidas transversais do setor industrial inseridas no PNAEE:

a) Categoria 1 – investimentos realizados em medidas transversais de atuação tecnológica em motores elétricos, produção de calor e frio e eficiência do processo industrial, conforme anexo A deste Aviso;

Medidas previstas no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril:

b) Categoria 2 – investimentos realizados em equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia;

c) Categoria 3 – custos das auditorias energéticas obrigatórias para operadores com consumos anuais inferiores a 1000 tep/ano.

3. Âmbito Territorial

O presente Aviso abrange todo o território nacional.

4. Entidades Beneficiárias

4.1. Podem apresentar candidaturas ao abrigo do presente Aviso, e de acordo com as Categorias de operação, as seguintes tipologias de beneficiários:

Tipologia de Beneficiários	Categoria de operação		
	1	2	3
a) Operadores de instalações industriais (CAE 01 a 33) abrangidos pelo regime do comércio europeu de licenças de emissão previsto no Decreto-Lei n.º 38/2013, de 15 de março	não elegível	✓	não elegível
b) Operadores de instalações industriais (CAE 01 a 33) não abrangidos pelo regime do comércio europeu de licenças de emissão previsto no Decreto-Lei n.º 38/2013, de 15 de março	✓	✓	não elegível
c) Operadores de instalações a cumprir as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, e com um ARCE em curso	✓	✓	✓

4.2. Os beneficiários acedem ao incentivo mediante a apresentação de candidatura ao presente Aviso, com vista a beneficiarem de um incentivo na aquisição dos equipamentos e serviços previstos nas Categorias descritas em 2.2, correspondendo ao apoio total financeiro a receber.

5. Condições de acesso e critérios de elegibilidade

Os projetos suscetíveis de apoio devem respeitar, obrigatoriamente, as seguintes condições:

5.1. Ao nível do beneficiário:

- Demonstrar o preenchimento das condições estabelecidas no artigo 3.º do Regulamento, na medida do aplicável;
- Evidenciar a documentação de suporte referida no ponto i) do anexo B deste Aviso.

5.2. Ao nível da operação:

- Para as operações enquadradas na Categoria 1, e quando aplicável, os operadores devem cumprir o estipulado pelo Regulamento (UE) N.º 517/2014, de 16 de abril de 2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa e que revoga o Regulamento (CE) N.º 842/2006, bem como o estabelecido no Decreto-lei 56/2011, de 21 de abril;
- Evidenciar a documentação de suporte referida no ponto ii) do anexo B deste Aviso.

Para beneficiários definidos no ponto 4.1.a) e 4.1.b):

- Evidenciar os consumos de energia nos últimos 12 meses;
- Com a execução da operação, ser apresentado um diagnóstico energético que permita aferir as poupanças alcançadas com as medidas implementadas, realizado por técnicos ou entidades devidamente habilitadas para a elaboração de auditorias energéticas e planos de racionalização.

Para beneficiários definidos no ponto 4.1.c):

- e) Para as Categorias 1 e/ou 2, as medidas propostas a investimento devem estar contempladas no ARCE em curso;
- f) Para a Categoria 3, o operador deve ter implementado pelo menos 50 % das medidas previstas no ARCE em curso e ter consumos inferiores a 1000 tep/ano no ano de referência do ARCE.

6. Despesas Elegíveis

- 6.1. No âmbito do presente Aviso são elegíveis as despesas com a aquisição de bens e serviços referidas no anexo C deste Aviso.
- 6.2. São elegíveis as despesas incorridas e faturadas com data posterior ao dia útil seguinte ao da submissão da candidatura. No caso de beneficiários definidos em 4.1.c), são elegíveis para as Categorias 2 e 3 as despesas incorridas e faturadas desde a data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril.
- 6.3. Não são elegíveis as despesas relativas a operações das Categorias 2 e/ou 3 cujo beneficiário do apoio tenha atingido um incentivo máximo acumulado indicado no ponto 8.1 deste Aviso, e despesas que tenham sido objeto de candidaturas aprovadas no âmbito dos Avisos 02-FEE-SGCIE 2012 e/ou 04 – SGCIE 2012 e/ou 08 – SGCIE 2014.
- 6.4. Não são elegíveis as despesas associadas a registos, autorizações, licenciamentos e taxas relacionadas com as operações.
- 6.5. Não são elegíveis as despesas com o IVA associado ao custo das operações.

7. Duração das operações

- 7.1. As candidaturas à implementação de operações das Categorias 1 e/ou 2, no âmbito do concurso, devem prever a duração máxima de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato de financiamento celebrado entre o FEE e o beneficiário e a data de apresentação do pedido de pagamento da operação.
- 7.2. No caso de candidaturas de operações da Categoria 2 já implementadas e/ou da Categoria 3, o prazo referido no ponto anterior é de 1 (um) mês.

8. Financiamento das operações

- 8.1. A comparticipação de despesas do FEE para cada operação e os respetivos limites máximos a apoiar no âmbito do presente Aviso, por tipologia de beneficiário, são os seguintes:

Tipologia de Beneficiário	Comparticipação de despesas			Limite máximo de comparticipação		
	Categoria			Categoria		
	1	2	3	1	2	3
4.1.a)	Não aplicável	25%	Não aplicável	Não aplicável	7.500 €	Não aplicável
4.1.b)	25%		Não aplicável	60.000 €	7.500 €	Não aplicável
4.1.c)	25%		50%	65.000 €	10.000 €	1.000 €

- 8.2. Os limites máximos de comparticipação previstos no ponto anterior são majorados nas seguintes condições e respetivas percentagens:

Condições de majoração	Percentagem de majoração
Operações na Categoria 1, com investimentos em sistemas de recuperação de calor	5% do incentivo a atribuir na Categoria 1
Operações que contemplem investimentos nas Categorias 1 e 2 deste Aviso	10% do incentivo a atribuir na Categoria 1 e 2
Operações de entidades beneficiárias referidas em 4.1.c) cujas instalações consumam exclusivamente além da energia elétrica, gás natural e/ou renováveis	<ul style="list-style-type: none"> • Gás natural: 15% • Renováveis: 25% • Gás natural e Renováveis: considerada a majoração da mais predominante, de acordo com os limites anteriores do incentivo a atribuir nas Categorias 2 e/ou 3

- 8.3. Às operações que se enquadrem em mais do que uma condição de majoração definida no ponto anterior, será considerada apenas a majoração que maximize o incentivo a atribuir ao beneficiário.
- 8.4. O número de candidaturas a aprovar por beneficiário está limitado a um incentivo máximo de 20% da dotação orçamental deste Aviso. Caso o número de candidaturas aprovadas não esgote a verba disponível, serão consideradas, para efeitos de aprovação, todas as candidaturas do mesmo beneficiário até aos limites estabelecidos no ponto 8.1 deste Aviso, e de acordo com a hierarquização das pontuações obtidas.
- 8.5. Para cada operação, à candidatura aprovada e classificada em último lugar na hierarquização, será atribuído o correspondente valor de comparticipação, tendo em conta a dotação disponível e até aos limites estabelecidos no ponto 8.1 deste Aviso.
- 8.6. O financiamento das operações assume a forma de subsídio não reembolsável.
- 8.7. Para efeitos de atribuição de incentivos, caso se verifique com a implementação da operação resultarem alterações das despesas elegíveis face às previstas no respetivo processo de candidatura, tal não implicará o acréscimo do montante total do apoio a conceder pelo FEE, podendo no entanto delas resultar uma redução do montante total concedido.
- 8.8. Os incentivos a conceder às empresas no âmbito do presente Aviso serão efetuados ao abrigo do regime de minimis, conforme aplicável, nos termos dos Regulamentos (UE) n.º 1407/2013 e (UE) n.º 1408/2013, da Comissão Europeia, ambos de 18 de dezembro de 2013.

9. Dotação orçamental

- 9.1. A dotação orçamental máxima a atribuir à totalidade das operações enquadradas no âmbito do presente Aviso é de 1.100.000 € (um milhão e cem mil euros), dividida de acordo com o seguinte:
- a) Categoria 1: 800.000 € (oitocentos mil euros);
 - b) Categoria 2: 250.000 € (duzentos e cinquenta mil euros);
 - c) Categoria 3: 50.000 € (cinquenta mil euros).
- 9.2. A verba prevista e não esgotada em cada uma das alíneas referidas no ponto anterior poderá reforçar a dotação das restantes alíneas.

10. Formalização das candidaturas

- 10.1. As candidaturas são apresentadas ao FEE através do preenchimento e submissão de formulário eletrónico, disponível na página eletrónica do sistema de informação e gestão do FEE em <http://fee.pnaee.pt>, a partir das datas previstas no ponto 11.1.
- 10.2. A apresentação de candidaturas obriga ao registo prévio do beneficiário, a efetuar no endereço acima referido, fornecendo a denominação, localização, contactos e número fiscal. Após registo, o sistema de informação e gestão do FEE emitirá mensagem de correio eletrónico com um endereço para validação e ativação da conta associada ao processo de candidatura.
- 10.3. O formulário da candidatura deve ser devidamente preenchido e carregado através da conta indicada no ponto anterior, necessariamente acompanhado por todos os documentos que constituem anexo obrigatório, nomeadamente os referidos no anexo B do presente Aviso.

11. Prazo para apresentação de candidaturas

- 11.1. Os prazos para a apresentação de candidaturas, em regime de duas extrações periódicas, e respetivas verbas disponíveis são os seguintes:
 - 1ª extração - Das 9 horas do dia 4 de maio de 2015, até às 18 horas do dia 3 de agosto de 2015 (horas de Portugal Continental), com 70% da dotação orçamental prevista para cada uma das Categorias deste Aviso;
 - 2ª e última extração - Das 9 horas do dia 1 de outubro de 2015, até às 18 horas do dia 1 de dezembro de 2015 (horas de Portugal Continental), com 30% da dotação orçamental prevista para cada uma das Categorias deste Aviso.
- 11.2. A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do formulário ao sistema de informação e gestão do FEE de acordo com o descrito no ponto 10 deste Aviso.
- 11.3. A verba de incentivo não utilizada na 1ª extração acumula automaticamente com o valor previsto para a 2ª e última extração do Aviso.
- 11.4. A Comissão Executiva do PNAEE poderá prolongar a data da 2ª e última extração referida em 11.1. caso os projetos aprovados não esgotem a verba dotada para este Aviso, sendo tal prolongamento devidamente comunicado em <http://fee.pnaee.pt>.
- 11.5. A Comissão Executiva do PNAEE reserva-se o direito de dar por concluído este Aviso em qualquer momento.

12. Avaliação do mérito do projeto

- 12.1. As candidaturas que reúnam as condições de acesso serão analisadas, avaliadas e graduadas pela Comissão Executiva do PNAEE, por via de uma avaliação de Mérito do Projeto (MP).
- 12.2. O Mérito do Projeto (MP) é determinado em função de dois critérios de seleção – *Qualidade da operação* (A) e *Contributo para os objetivos do PNAEE* (B), conforme descrito no referencial constante no anexo D deste Aviso.
- 12.3. O Mérito do Projeto (MP) será avaliado de acordo com a fórmula de cálculo “**MP=0,5A+0,5B**”, sendo aplicadas as seguintes ponderações dos critérios e subcritérios de seleção:

Critérios/Subcritérios	Ponderação
A. Qualidade da operação	0,50
A.1 Coerência e razoabilidade	0,10
A.2 Qualidade técnica, económica e financeira	0,40
B. Contributo para os objetivos do PNAEE	0,50

- 12.4. As pontuações dos critérios e subcritérios de seleção, referidos no ponto anterior, são atribuídas numa escala compreendida entre 0 (zero) e 3 (três), sendo a pontuação final do mérito estabelecida com relevância até às duas casas decimais.
- 12.5. Para efeitos de seleção, serão hierarquizados os projetos que obtenham pontuação total superior a 1 (um).
- 12.6. A Comissão Executiva do PNAEE poderá densificar a avaliação, por forma a atender à totalidade dos seguintes parâmetros:
- a) Maximização do n.º de operações financiadas;
 - b) Maximização do n.º de beneficiários selecionados;
 - c) Minimização dos custos elegíveis ao FEE.
- 12.7. A avaliação do mérito e a decisão de financiamento das candidaturas é da responsabilidade da Comissão Executiva do PNAEE. Na avaliação do mérito, esta Comissão poderá articular-se com outras entidades, de acordo com o disposto no número 2 do artigo 7.º do Regulamento.

13. Pedido de elementos/informações adicionais

- 13.1. O esclarecimento de dúvidas relativas à apresentação de candidaturas poderá ser solicitado pelos candidatos a beneficiários através do endereço apoiosfee.ind@pnaee.pt ou através do número 21 472 2800.
- 13.2. Durante a análise das candidaturas, a Direção Executiva do PNAEE poderá solicitar elementos de informação adicionais aos candidatos, que deverão responder no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. Caso resulte a necessidade de um novo pedido de informação aos candidatos, será dado o prazo máximo de 1 (um) dia útil para resposta.
- 13.3. O procedimento descrito anteriormente suspende a contagem do prazo para análise da candidatura e o prazo final para a comunicação da decisão.
- 13.4. A ausência de resposta dentro dos prazos definidos no ponto 13.2 ou resposta com elementos que não esclareçam o solicitado pela Direção Executiva do PNAEE poderão implicar a exclusão da candidatura.

14. Relatórios e audiência prévia

- 14.1. Após a análise e avaliação das candidaturas, a Comissão Executiva do PNAEE elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a exclusão das candidaturas que não reúnam as condições indicadas neste Aviso, devendo concluir com uma proposta de ordenação das candidaturas aprovadas.
- 14.2. Elaborado o relatório preliminar referido no ponto anterior, a Direção Executiva do PNAEE procede à notificação dos resultados do mesmo aos candidatos, fixando um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis para os candidatos se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 14.3. Cumprido o disposto no ponto anterior, a Comissão Executiva do PNAEE elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos candidatos

efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar; quando do relatório final resulte uma alteração da análise, avaliação ou ordenação das candidaturas, a Comissão Executiva do PNAEE procede a nova audiência prévia nos termos do ponto anterior, restrita aos candidatos interessados, sendo subsequentemente aplicável o disposto na primeira parte deste mesmo ponto.

- 14.4. O relatório final, juntamente com os demais documentos que dele fazem parte integrante, é enviado para autorização e homologação do investimento pelo membro do Governo responsável pela área da energia, na qualidade de tutela da área energética.

15. Comunicação da decisão de financiamento

- 15.1. Após a homologação referida no ponto 14.4, a Comissão Executiva do PNAEE informa os candidatos a beneficiários da decisão sobre as respetivas candidaturas.
- 15.2. No caso de não serem solicitados elementos de informação adicionais, de acordo com o ponto 13.2. deste Aviso, a comunicação da decisão (favorável, desfavorável) é efetuada no prazo máximo de 90 dias úteis, contado a partir das datas de fecho para a submissão das candidaturas, definidas no ponto 11.1 deste Aviso.
- 15.3. As candidaturas elegíveis da 1ª extração que não beneficiem de financiamento por se ter esgotado a verba disponível nessa extração poderão concorrer à 2ª e última extração prevista em 11.1, devendo para o efeito o beneficiário submeter novamente a candidatura, de acordo com o previsto no ponto 10, ficando sujeita a nova avaliação do mérito do projeto para a 2ª e última extração do Aviso.

16. Pagamentos

A aprovação da(s) candidatura(s) dá lugar à assinatura de um contrato de financiamento entre o FEE e o beneficiário da operação, sendo efetuado o pagamento do montante total aprovado aquando da aprovação do pedido de pagamento submetido pelo beneficiário, comprovando a realização integral do investimento, nos moldes aprovados e contratados.

17. Pedido de pagamento

- 17.1. Após a execução de cada operação, o beneficiário elabora e submete à Direção Executiva do PNAEE um pedido de pagamento da operação, constituído pelo relatório final da operação e declaração de despesa de investimento, o qual fará parte integrante do processo de autorização de pagamento do montante de incentivo total aprovado.
- 17.2. Para as operações das Categorias 1 e/ou 2, o relatório final destina-se a comprovar a execução das operações aprovadas, pelo que deve conter um conjunto de elementos que atestem o cumprimento do definido no contrato de concessão de apoio, nos termos em que venha a ser exigido pela Comissão Executiva do PNAEE.
- 17.3. A declaração de despesa de investimento destina-se a comprovar as despesas suportadas pelo beneficiário, pelo que deve ser certificada por um Técnico Oficial de Contas (TOC) ou por um Revisor Oficial de Contas (ROC), confirmando a realização das despesas e o correto lançamento contabilístico dos respetivos documentos comprovativos.

18. Divulgação pública dos resultados

Os resultados da avaliação das candidaturas e respetiva análise serão publicamente divulgados na página eletrónica do FEE (<http://fee.pnaee.pt>), considerando os elementos previstos no número 4 do artigo 7.º do Regulamento.

19. Procedimentos de informação e publicidade

19.1. Os elementos de publicidade a utilizar pelos beneficiários de candidaturas aprovadas sobre participação (financiamento) do FEE devem incluir o logótipo do FEE e a seguinte referência:

“Financiamento no âmbito do Fundo de Eficiência Energética - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética”.

19.2. A utilização dos elementos identificativos acima referidos deve obrigatoriamente estar de acordo com as respetivas normas gráficas e deve ser adequada ao espaço disponível e ao meio de comunicação em causa, devendo ocupar um local de destaque e ser assegurada a sua boa leitura e perfeita compreensão.

20. Alteração à decisão de financiamento

20.1. A decisão de financiamento pode, em situações excecionais, sofrer alterações, especificamente no caso de alterações que justifiquem a interrupção pontual do investimento ou a alteração do calendário da sua realização.

20.2. O pedido de alteração à decisão deve ser formalizado através da apresentação de nota justificativa com a síntese das alterações solicitadas e a informação detalhada que as fundamente.

21. Informação complementar e orientações específicas

Estão disponíveis orientações gerais e técnicas, sob a forma de perguntas e respostas, e as minutas dos anexos obrigatórios para apresentação das candidaturas em <http://fee.pnaee.pt>.

22. Legislação subsidiária

Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente Aviso, em matéria de procedimento administrativo, aplicar-se-á subsidiariamente o disposto no Regulamento.

23. Documentação relevante

- Criação do Fundo de Eficiência Energética, Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio;
- Regulamento do Fundo de Eficiência Energética, Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro;
- Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril;
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril.

A Comissão Executiva do PNAEE

AVISO 13 - SGCIE II 2015

ANEXO A**Categoria 1 - Medidas de Eficiência Energética elegíveis**

Para a Categoria 1, as medidas de atuação tecnológica elegíveis no âmbito deste Aviso são as indicadas na tabela seguinte:

Âmbito	Medidas	Ações elegíveis
Motores Elétricos	Sistemas de compressão de ar	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação e utilização do calor desperdiçado através dos sistemas de arrefecimento dos compressores; Aquisição de dispositivos de deteção de fugas de ar comprimido, com princípio de funcionamento por ultra-sons.
Produção de Calor e Frio	Sistemas de combustão	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de economizadores e/ou pré-aquecedores de ar de combustão em caldeiras; Uso de isolamentos térmicos mais eficazes em tubagens e acessórios (válvulas, flanges, ...) de redes de distribuição de fluidos quentes (vapor, água quente, termofluido, ar quente, gases quentes, ...); Instalação de sistemas de controlo automático do teor de O₂ nos gases de combustão de caldeiras.
	Frio industrial	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de isolamentos térmicos em tubagens e acessórios de redes de distribuição de frio; Instalação de sistemas de refrigeração mais eficientes.
Eficiência do processo industrial	Isolamentos térmicos	<ul style="list-style-type: none"> Melhoramento do isolamento térmico de superfícies de equipamentos do processo.
	Integração de processos	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de equipamentos visando a integração de processos/otimização de recuperações de calor.

As operações que apresentem para implementação medidas não mencionadas na tabela anterior serão excluídas do processo de avaliação e atribuição de mérito de projeto.

AVISO 13 - SGCIE II 2015

ANEXO B**Evidências e Documentos de Suporte**

As candidaturas ao FEE devem ser acompanhadas das evidências e documentos de suporte indicados na tabela seguinte, para efeitos do cumprimento das condições de acesso e elegibilidade do beneficiário e da operação, quer para pontuação da candidatura:

i) Condições de acesso e elegibilidade do beneficiário
<ul style="list-style-type: none"> - Declarações e certidões a demonstrar o preenchimento das condições estabelecidas no artigo 3.º do Regulamento: <ul style="list-style-type: none"> • Declaração da legalidade da respetiva constituição; • Certidões de inexistência de dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social (com prazos válidos à data de submissão da candidatura e assinatura digital validada); • Declaração da existência de meios técnicos, físicos, financeiros e de recursos humanos adequados ao projeto; • Declaração da existência de contabilidade organizada (certificada pelo TOC ou ROC); • Declaração em como aceita as condições expressas no Aviso para efeitos de atribuição do incentivo do FEE, devidamente acompanhada de comprovativo do NIB/IBAN.
ii) Condições de acesso e elegibilidade da operação
<ul style="list-style-type: none"> - Formulário "<i>Características Gerais da(s) Operação(ões) – Aviso 13</i>"; - Memória descritiva e justificativa (com demonstração de período simples de recuperação do investimento sem incentivo (investimento elegível/poupança anual em euros)) (aplicável às Categorias 1 e/ou 2); - Relatório de auditoria energética e documento(s) que comprove(m) a implementação de 50% das medidas (aplicável à categoria 3); - Faturas de energia (eletricidade, gás natural, outras) relativas aos últimos 12 meses de consumo, e respetivos custos (aplicável a operações de beneficiários definidos em 4.1.a) e 4.1.b)); - Cronograma de execução (aplicável a operações por implementar); - Catálogos técnicos dos equipamentos (aplicável às Categorias 1 e/ou 2); - Declarações de conformidade e marcação CE dos equipamentos a instalar (aplicável às Categorias 1 e/ou 2); - Plano de calibração dos equipamentos (aplicável à Categoria 2); - Proposta (s) de orçamento apresentada (s) ao beneficiário, com discriminação das despesas elegíveis (aplicável a operações por implementar) / Fatura (s) apresentada (s) ao beneficiário, com discriminação das despesas elegíveis (aplicável a operações implementadas).



AVISO 13 - SGCIE II 2015

ANEXO C**Despesas elegíveis por Categoria de operação**

Categoria de Operação	Âmbito	Medidas	Ações/ Despesas Elegíveis	Exclusões
Categoria 1	Motores Elétricos	Sistemas de compressão de ar	Fornecimento e instalação de: <ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de recuperação e utilização do calor desperdiçado através dos sistemas de arrefecimento dos compressores; - Dispositivos de deteção de fugas de ar comprimido, com princípio de funcionamento por ultrassons. 	<u>Transversalmente a todas as medidas:</u> <ul style="list-style-type: none"> - Construção ou obras de adaptação de edifícios independentemente se necessárias à implementação da(s) medida(s) de eficiência energética; - Custos internos necessários à implementação da(s) medida(s) de eficiência energética; - Custos com a manutenção e operação da(s) medida(s) de eficiência energética a implementar; - Custos com a aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o <i>software</i> necessário ao seu funcionamento, quando a sua utilização não for dedicada exclusivamente à medida de eficiência de energética a implementar; - Custos com armazenamento de dados em plataforma <i>web</i>, comunicações e mensalidades de utilização de servidores.
	Produção de Calor e Frio	Sistemas de combustão	Fornecimento e instalação de: <ul style="list-style-type: none"> - Economizadores e/ou pré-aquecedores de ar de combustão em caldeiras; - Isolamento térmico em redes de distribuição e recolha de fluidos térmicos e respetivos acessórios, tanques de alimentação a outros equipamentos, reservatórios de combustíveis líquidos e permutadores de calor, cuja temperatura superficial seja superior ou igual a 50 °C e o tempo de utilização anual superior a 3000 horas. Nos locais onde periodicamente é necessário retirar o isolamento térmico para operações de manutenção/limpeza (p. ex. acessórios das redes térmicas, permutadores de calor) deverá ser usado um sistema de fácil aplicação/remoção e reutilizável ("manta" flexível ou encapsulado desmontável dividido em duas ou mais partes); - Isolamentos térmicos mais eficientes em tubagens e acessórios (válvulas, flanges, ...) ou em situações de instalações desprovidas de tais isolamentos, em redes de distribuição de fluidos quentes existentes (vapor, água quente, termofluido, ar quente, gases quentes, ...) e em equipamentos de armazenagem de tais fluidos; - Isolamento dos acessórios (válvulas, flanges, filtros, etc.) nas redes de distribuição e recolha de fluidos térmicos em instalações criadas de raiz ou na sua total remodelação; - Sistemas de controlo automático do teor de O₂ nos gases de combustão de caldeiras, nomeadamente em sensores de O₂, microprocessadores de controlo, transdutores mecânicos/elétricos e válvulas reguladoras de ar inerentes ao sistema. 	
		Frio industrial	Fornecimento e instalação de: <ul style="list-style-type: none"> - Isolamentos térmicos em tubagens e acessórios de redes de distribuição de frio, desprovidos de tais isolamentos ou com isolamento em mau estado de conservação; - Sistemas de refrigeração mais eficientes (máquinas com menor consumo específico de energia, instalação de sistemas de controlo mais eficientes, recuperações de calor de sistemas de condensação, instalação de sistemas de arrefecimento adiabático em condensadores da central de frio). 	<u>Aplicável à medida Sistemas de combustão:</u> <ul style="list-style-type: none"> - Custos com a substituição de queimadores.



Categoria de Operação	Âmbito	Medidas	Ações/ Despesas Elegíveis	Exclusões
Categoria 1	Eficiência do processo industrial	Isolamentos térmicos	Fornecimento e instalação de: - Melhoria do isolamento térmico de equipamentos do processo com temperaturas de superfície superiores a 50 °C, desde que tal melhoria seja validada pelos fabricantes desses equipamentos; - Isolamento térmico em equipamento de frio do processo produtivo, com temperaturas de superfície inferiores ou iguais a 5 °C e tempo de utilização anual superior a 3000 horas.	<p><u>Aplicável à medida Isolamentos térmicos:</u></p> <p>- Custos com isolamentos térmicos em câmaras frigoríficas de instalações criadas de raiz ou em ampliações, exceto no caso de reparações de isolamento térmico em mau estado de conservação em câmaras frigoríficas já existentes; - Custos relacionados com o isolamento térmico em envolventes de edifícios.</p> <p><u>Aplicável à medida Integração de processos:</u></p> <p>- Custos com a aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o software necessário ao seu funcionamento, independentemente da sua utilização ser dedicada exclusivamente à medida de eficiência de energética a implementar.</p> <p><u>Aplicável à medida Equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia:</u></p> <p>- Custos com Software para Sistemas de Gestão de Energia com ligações a/ou sistemas via <i>web</i>; - Custos com equipamentos portáteis de medição de consumo energético ou equipamentos de controlo de combustão.</p>
		Integração de processos	Fornecimento e instalação de equipamentos visando a integração de processos/otimização de recuperações de calor.	
Categoria 2	Equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia	Software para Sistemas de Gestão de Energia e elementos anexos associados	Fornecimento e instalação de <i>software</i> com capacidade de realizar a contagem e a gestão do consumo de energia, através de contadores que possuam uma porta de comunicação e que disponham de todas as funções necessárias para uma total monitorização dos consumos de energia, devendo permitir, entre outras características: - Monitorização dos consumos energéticos (eletricidade, ar comprimido, energia térmica, combustíveis), em tempo real; - Análise por sectores e por equipamento auxiliar e/produzitivo em formato tabular ou gráfico; - Cruzamento dos consumos por equipamento produtivo e auxiliar e por tipo de produto; - Análise dos custos de energia e simular a fatura energética; - Comparação contínua do consumo real com o consumo otimizado, alertando o operador para desvios significativos; - Indicação em tempo real de Indicador(es) de Eficiência Energética: Consumo Específico de Energia, Produção Específica de Energia, C.O.P./E.E.R.; - Armazenamento de históricos diários de produções e consumos de energia.	
		Contadores de energia	Fornecimento e instalação de contadores de energia com capacidade de contabilizar a quantidade de energia usada ou produzida por um ou vários equipamentos produtivos ou auxiliares, podendo comunicarem com <i>software</i> de tratamento das medições e indicar no <i>display</i> do equipamento, no mínimo, o consumo/produção de energia acumulativa: - Contadores de energia elétrica que devem permitir que as leituras sejam "True-RMS" e obtidas com uma amostragem contínua da onda de tensão e corrente, a fim de garantir a máxima precisão de contagem e variações rápidas de carga; - Contadores de combustíveis, com/sem corretor de volume para as condições PTN (pressão e temperatura normais); - Contadores de energia térmica; - Contadores de ar comprimido, com/sem corretor de volume para as condições PTN (pressão e temperatura normais).	
Categoria 3	Auditorias energéticas obrigatórias para operadores com consumos anuais inferiores a 1000 tep/ano.		Realização de relatório de auditoria energética para cumprimento do disposto no SGCIE (esta auditoria energética será a que consta no Portal do SGCIE).	

AVISO 13 - SGCIE II 2015

ANEXO D**Referencial dos Critérios de Avaliação do Mérito das Operações**

Critério	Subcritério	Aspetos a considerar	Evidência/documento de suporte para efeitos de pontuação
A. QUALIDADE DA OPERAÇÃO	A.1 - Coerência e Razoabilidade	<p>Explicar de modo detalhado:</p> <ul style="list-style-type: none"> A razão geral de ser do projeto e a sua adequação à natureza e situação do beneficiário A coerência relativa dos investimentos propostos 	<ul style="list-style-type: none"> Formulário de candidatura Memória descritiva e justificativa Cronograma de execução (aplicável a operações por implementar)
	A.2 - Qualidade Técnica, Económica e Financeira	<p>Apresentar fundamentos que permitam avaliar a qualidade geral do projeto quanto a:</p> <ul style="list-style-type: none"> Objetivos Razoabilidade de custos Relação custo/benefício Qualidade dos equipamentos/sistemas Impacto positivos estimados (energia e CO₂e) Identificação de eventuais riscos associados Metodologia e informação de base utilizados 	<ul style="list-style-type: none"> Formulário de candidatura Formulário "Características Gerais da(s) Operação(ões)" Memória descritiva e justificativa Relatório de auditoria energética e documento(s) que comprove(m) a implementação de 50% das medidas Fatura (s) e/ou proposta (s) de orçamento apresentada ao beneficiário, com discriminação das despesas elegíveis. Demonstração de período simples de recuperação do investimento sem incentivo (investimento elegível/poupança anual em euros) Catálogos técnicos dos equipamentos Plano de calibração dos equipamentos
B. CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DO PNAEE	Não aplicável	<ul style="list-style-type: none"> Quantificação do contributo da operação para a redução do consumo de energia convencional e a melhoria da intensidade energética (kWh/ano, tep/ano e CO₂e/ano) Adequabilidade aos impactos e metas definidas de cada programa do PNAEE 	<ul style="list-style-type: none"> Formulário de Candidatura Memória descritiva e justificativa

A avaliação das candidaturas submetidas no âmbito deste Aviso tem em conta as seguintes considerações:

- As regras definidas no Aviso e nas Orientações Específicas (FAQs), publicadas no site do FEE em <http://fee.pnaee.pt>;
- Os elementos fornecidos pelo beneficiário no formulário de candidatura e nos restantes documentos anexos à candidatura submetida no âmbito do presente Aviso.

A) METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

1. O mérito das operações submetidas será avaliado conforme o ponto 12 do presente Aviso.
2. A decisão para a aprovação das candidaturas resulta da hierarquização por ordem decrescente da pontuação obtida no Mérito de Projeto (MP) da operação.
3. Em caso de igualdade de pontuação referida na alínea anterior, a respetiva hierarquia será dada pela ordem de entrada da submissão da candidatura ao Aviso, comprovada pela respetiva data de registo no sistema de informação e gestão do FEE.

B) PONTUAÇÃO DOS CRITÉRIOS/ SUBCRITÉRIOS

A pontuação a atribuir para cada critério será em função das seguintes classificações, e de acordo com a Categoria de Operação:

Categorias 1 e 2:

1. Critério A - Qualidade da Operação

$$A = 0,1 \times A.1 + 0,4 \times A.2$$

Subcritério A.1 - Coerência e Razoabilidade

Neste subcritério é valorizada a coerência e razoabilidade do projeto, sendo pontuado de 1 a 3 de acordo com o seguinte:

A.1
Adequação ao SGCIE Coerência da programação e calendarização da execução Integração prevista no PREN
Se se trata de um projeto isolado do PREN: 1 ponto Se verifica, pelo menos, dois dos pontos acima: 2 pontos Se verifica todos os pontos acima: 3 pontos

Subcritério A.2 - Qualidade Técnica, Económica e Financeira

$$A.2 = 0,25 \times A2.1 + 0,125 \times A2.2 + 0,25 \times A2.3 + 0,125 \times A2.4 + 0,25 \times A2.5$$

Neste subcritério será valorizada a qualidade técnica, económica e financeira do projeto, resultando da ponderação de 5 classificações pontuadas de 0 a 3:

A2.1	A2.2	A2.3	A2.4	A2.5
Grau de detalhe da quantificação das economias	Sofisticação da proposta	Custo da tep economizada	Custo da tCO ₂ economizada	Período de Retorno do Investimento
Fraco: 0 pontos Suficiente: 1 ponto Médio: 2 pontos Excelente: 3 pontos	Fraca: 0 pontos Suficiente: 1 ponto Média: 2 pontos Excelente: 3 pontos	> 1500: 1 ponto >1000 <=1500: 2 pontos <= 1000: 3 pontos	> 300: 1 ponto >250 <=300: 2 pontos <= 250: 3 pontos	> 4: 1 ponto > 2 <= 4: 2 pontos <= 2: 3 pontos

2. Critério B - Contributo para os objetivos do PNAEE

Este critério tem em consideração a valorização da percentagem do impacto da economia de energia gerada pela operação, sendo pontuado de 1 a 3:

B
Percentagem de redução da medida
<1%: 1 ponto >= 1% <= 2%: 2 pontos > 2%: 3 pontos

Categoria 3

Para as operações enquadradas na Categoria 3, será atribuída ao Mérito do Projeto (MP) a pontuação de 1, desde que verificadas as condições de acesso e os critérios de elegibilidade referidos e desde que comprovado o cumprimento do disposto na legislação do SGCIE.

Para efeitos de hierarquização dos projetos será valorizado o maior número de medidas do ARCE implementadas e/ou a dimensão do potencial de eficiência energética proposto na auditoria face às metas obrigatórias do SGCIE.